

# ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, PROFISSIONAIS E BENEFICENTES DO RIO DE JANEIRO (1860-1889)

Ronaldo Pereira\*

---

**Resumo.** Atualização do debate em torno do processo de formação da classe trabalhadora e da periodização do movimento operário e sindical no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, utilizando como fontes as atas de fundação e os estatutos das associações profissionais recolhidos junto à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, entre 1860 e 1889.

**Palavras-Chave.** Brasil Império, Rio de Janeiro, trabalhadores, movimento operário.

---

## Charity, professional and class associations in Rio de Janeiro (1860-1889)

**Abstract.** Bringing up to date the debate about the making of working class in Rio de Janeiro in the second half of the nineteenth century, using as sources foundations minutes and statutes of the professional Associations, as recorded in the Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado between 1860 and 1889.

**Key words.** Rio de Janeiro; monarchical regime, working class.

---

---

\* Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) na Universidade de São Paulo (USP), projeto “Visões da Monarquia; representações do Estado e protesto popular no Rio de Janeiro (1870-1889), orientado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Zilda M. G. Iokoi e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Para que se possa efetuar a análise do material pertencente às associações de classe, profissionais e beneficentes, existentes na capital do império entre 1860 e 1889, faz-se necessário discutir previamente o tratamento historiográfico genérico dispensado às chamadas “sociedades”, tendo em vista duas questões interligadas. Primeiramente, qual tem sido, em linhas gerais, o enfoque dado pelos historiadores do movimento operário e sindical aos processos relacionados à gênese do movimento operário, especialmente na cidade do Rio de Janeiro no século passado? E ainda, quais os consensos em torno da periodização e das características das associações de ajuda mútua e demais sociedades de trabalhadores organizadas no período em questão?

Antes de tentar responder, é importante frisar que a produção historiográfica sobre o movimento operário e sindical no Brasil orienta-se a partir de um espectro de matizes ideológicos, políticos e teórico-metodológicos que seria impossível, além de infrutífero para este trabalho, arrolar por completo. Cabe porém dizer, em termos extremamente simplificadores, que as análises situam-se dentro de um universo vasto; abrangendo desde o funcionalismo sociológico mais pragmático até o compromisso analítico com a idéia da centralidade do partido operário de orientação marxista, como instrumento fundamental de conscientização e formação da verdadeira consciência da classe operária, catalisador do processo revolucionário; mais recentemente, passando pelo viés marxista britânico, freqüentemente denominado culturalista, sobre os estudos do processo de formação da classe trabalhadora.

Não obstante a diversidade de enfoques, curiosamente as referências básicas ao processo de gênese do movimento operário, à periodização das primeiras formas de organização coletiva e ao papel das associações profissionais (beneficentes ou de ajuda mútua) aparecem de forma praticamente invariável, entre os principais autores voltados para a história social do trabalho no Rio de Janeiro do século XIX. Via de regra, a atenção dos investigadores concentra-se nas décadas de 1880 e 1890, considerando o surgimento dos primeiros partidos, e as greves ocorridas neste período, os marcos fundadores do movimento operário e sindical no Brasil. Vejamos.

Segundo Boris Fausto, na capital federal, o movimento operário emergiria marcado pela maior presença de nacionais na composição da classe, devido à importância do núcleo estatal de serviços (navegação e ferrovia) e à presença física do Estado como instância de produção ideológica voltada para o chamado interesse público. Nestas condições, os operários seriam mais receptivos às tradicionais relações paternalistas. Por sua vez, as tentativas concretas de fundação de partidos operários ocorridas em 1890, encabeçadas por Gustavo de Lacerda, Luiz França e Silva e José Augusto Vinhaes, revelariam os “germes de uma corrente [no movimento operário e sindical]

limitada à defesa de reivindicações mínimas, pela via da colaboração de classe e da proteção do Estado” (Fausto, 1983: 52).

Igualmente acerca dos três partidos operários criados em 1890 no Rio de Janeiro, Sheldon L. Maram afirma:

Os reformistas entraram em evidência bem antes que o anarquismo tivesse feito sentir seu impacto sobre o proletariado brasileiro. Muitos grupos sócio-econômicos viram no advento da República a oportunidade de obter a influência política que lhes havia sido negada durante o Império. Chegaram a criar diversos partidos operários, cujos objetivos eram melhorar as condições da classe trabalhadora através da ação política. (Maram, 1979: 103)

Seria a gênese do movimento operário no Brasil, na qual o apelo das lideranças dos partidos eram dirigidos “aos artesãos brasileiros e aos servidores civis”, para que se organizassem, expressando a esperança do reconhecimento pelas elites; pleiteando “a recompensa ao trabalhador por sua participação no desenvolvimento da nação” (Maram, 1979: 103).

José Murilo de Carvalho, apesar de observar a existência de associações e de “jornais radicais”, na década de 1870, ligados aos operários do Estado (trabalhadores dos arsenais do Exército e Marinha, ferroviários da Estrada de Ferro D. Pedro II, gráficos da Imprensa Nacional e funcionários da Casa da Moeda e algumas categorias de portuários), enfatiza as tentativas, ocorridas após a proclamação da República, de organizar os operários, “seja através de elementos de fora, seja de dentro da classe”. Como, por exemplo, os positivistas, representados por Teixeira Mendes, que reuniram 400 operários da União em 1889, com o objetivo de elaborar um documento para ser enviado ao então Ministro da Guerra, Benjamin Constant, sustentando a necessidade de “incorporar o proletariado à sociedade”, através de medidas de cunho trabalhista. No ano seguinte, ocorreriam as “várias tentativas de criar um Partido Operário, já abrangendo também os operários do setor privado” (França e Silva e Vinhaes) (Carvalho, 1987: 52-53).

Fixando-se igualmente na década de 1890, Ângela de Castro Gomes afirma que o Rio de Janeiro teria vivenciado diversas experiências de mobilização, em que vários setores da sociedade discutiam suas formas de adesão à República. Entre estes, havia grupos que autodenominavam-se socialistas, ligados às tentativas de organizar um partido operário, delineando “as primeiras propostas que colocavam publicamente a possibilidade e a legitimidade do trabalhador figurar como ator social político” no regime que se instituiu (Gomes, 1988: 37-38).

Especificamente no que concerne às associações existentes desde a metade do século XIX, já em 1952, Evaristo de Moraes Filho, considerando desnecessário “esmiuçar documentos e alfarrábios para apontar a existência de

fenômenos associativos profissionais desde os tempos do Império”, sugere que seria compreensível a inexistência de organizações de natureza operária em meados do século passado, devido ao caráter escravocrata da sociedade brasileira e da insipiência do desenvolvimento industrial, não havendo “clima próprio à organização coletiva do trabalho”(Moraes Filho, 1978: 182).

Baseado em critérios que consideram separadamente movimento operário, movimento sindical, mercado de trabalho e legislação trabalhista, Luiz Werneck Vianna classifica a experiência de organização no século XIX nos seguintes termos:

(...) até 1889 (...) a ação operária e sindical, embora livres, não reúnem condições para interferir na fixação da regulamentação do mercado de trabalho, limitando-se a atividades mutualistas; o mercado de trabalho não-escravo se rege por suas funções “naturais”. (Vianna, 1978: 78)

Edgar Carone define as sociedades de auxílio mútuo como sendo o primeiro elo na corrente evolutiva das formas de organização do movimento operário no Brasil:

(...) Esta forma sindical é de iniciativa patronal ou do próprio operariado, conforme o caso. Ela não representa oposição ao sistema capitalista, e sim, uma atitude passiva ao regime. Por esta razão é que os anarquistas, no seu radicalismo, sempre atacaram o Auxílio Mútuo, pois, segundo eles, a exploração capitalista é a responsável pelas doenças e dificuldades do operariado, daí caber a ela as responsabilidades por seus atos. No entanto, num momento em que o trabalhador não encontra nenhum recurso da sociedade, cabe ao Auxílio Mútuo o papel primordial de ajuda humanitária aos seus associados. A sua função se traduz clara nos estatutos das entidades (...). (Carone, 1989: 33)

Para Eulália Lobo e Eduardo Stotz, as primeiras manifestações coletivas e organizações de trabalhadores na corte “não se traduziriam em movimento próprio e independente”, diante do caráter dominante do escravismo. As associações estariam voltadas sobretudo para o socorro dos enfermos, dos impossibilitados de trabalhar e dos familiares dos trabalhadores que faleciam na indigência. Portanto, “agrupavam uma ínfima parte das classes trabalhadoras”(Lobo e Stotz, 1985: 65-66). Entre 1853 e 1890, ainda que as antigas corporações, inicialmente de caráter religioso, de pedreiros, marceneiros e pintores tivessem sido substituídas por associações de caráter mutualista, beneficente e profissional, prevaleceriam as “organizações de vários ofícios e freqüentemente criticadas na imprensa operária por serem ineficazes”(Lobo e Stotz, 1985: 70).

## Resumidamente:

A impressão que temos ao ler a documentação é a de um movimento em formação, ainda molecular, quase imperceptível, que buscava canais organizatórios adequados e que expressava, difusa e contraditoriamente, os anseios de reconhecimento do trabalho numa sociedade marcada pelos valores do escravismo. (Lobo e Stotz, 1985: 67)

(..) nos anos da década de 1880, surgiram várias associações beneficentes e as primeiras do tipo sindical que se propunham a defender os interesses materiais dos trabalhadores livres.

Mas foi com a proclamação da República que teve início um movimento operário mais estruturado, que se manifestou através de greves, comícios, uma imprensa própria levantando reivindicações e tentando organizar-se como partido político próprio. (Lobo e Stotz, 1985: 65)

Desse modo, se levarmos em conta os autores citados até aqui, podemos afirmar que a década de 1880 delimita o marco dentro do qual operou-se o processo de separação definitiva entre as antigas formas de organização, ligadas à realidade econômica e sócio-política do escravismo e do Império, e as primeiras manifestações do movimento operário e sindical com feições modernas. Teríamos portanto, antes, as associações beneficentes e de ajuda mútua, limitadas pelo tímido processo de formação das classes trabalhadoras urbanas na sociedade escravista, e depois, os partidos, as greves, os comícios e a imprensa operária, em moldes bastante parecidos com os contemporâneos.

A idéia de ruptura impõe-se por razões compreensíveis. Em primeiro lugar, seguramente pelo reduzido número de informações sobre as associações no século XIX, limitadas às fontes disponíveis (poucos estatutos publicados, jornais, relatórios oficiais e a literatura de época). Em segundo, e não menos justificada, porque havia, entre o final da década de 1970 e início dos anos 80, em maior ou menor grau, uma vontade pronunciada entre os historiadores de fazer do objeto de seus estudos um instrumento útil na transformação da sociedade brasileira em que estavam inseridos, e particularmente da realidade do movimento operário e sindical, que passava então um momento importantíssimo (surgimento do PT e da CUT). Daí a necessidade implícita da valorização e do resgate históricos das lutas dos primeiros anos da República, apagadas da memória dos trabalhadores que mobilizavam-se intensamente no período final de ditadura militar.

Ou seja, por razões técnicas puramente, ou em função das determinações exercidas pelo estado de espírito político-ideológico, nas últimas décadas, mesmo historiadores mais preocupados em estabelecer um equilíbrio, quase sempre instável, entre a militância e o discurso “científico”, acabaram

por subestimar, como objeto de pesquisa, as formas de organização coletiva dos trabalhadores urbanos existentes desde o século passado.

Em pleno campo de batalha das idéias e da política nos anos 1970/80, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall fizeram uma defesa pioneira e louvável dos princípios teórico-metodológicos em que a classe trabalhadora define-se como categoria histórica. Pronunciaram-se contrários a todos os reducionismos que identificavam os trabalhadores às instituições sindicais e partidárias, aos líderes e militantes e ao caráter formal econômico da classe. Afirmavam:

(...) A redução “partidária” da história da classe operária no Brasil pretendeu (e ainda pretende) fazer crer que tudo que ocorreu antes dos anos 1920 constituiria, quando muito a infância da classe operária. (Pinheiro e Hall, 1981: 09-10)

Atualmente, o debate que envolvia novos e antigos comunistas, socialistas, trabalhistas, getulistas etc., dentro e fora do movimento operário e das universidades, encontra-se bastante esvaziado, sobretudo nos últimos anos. Os motivos são vários e não há espaço para fazer aqui uma análise exaustiva da trajetória político-ideológica dos historiadores do movimento operário e sindical no Brasil, desde os seus primórdios até hoje. Entretanto, parafraseando Hall e Pinheiro, no tocante à história das organizações dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, creio que a historiografia, e não somente a “partidária”, fez crer até agora que tudo que aconteceu antes de 1890 constituiria, “quando muito a infância da classe operária”. A metáfora talvez não seja totalmente apropriada, mas serve para ilustrar a difusão genérica de um sentido de menor relevância atribuído aos primórdios da formação das classes trabalhadoras urbanas no Brasil.

Entretanto, não seria arriscado dizer que a documentação do Conselho de Estado, quando investigada mais profunda e sistematicamente, possibilitará a ampliação deste horizonte analítico.

De acordo com as disposições do decreto imperial de 19 de dezembro de 1860, todas as chamadas “sociedades” existentes no país, assim como as que viessem a constituir-se desde então, deveriam submeter seus estatutos ao exame da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado para que recebessem autorização para funcionamento, de acordo com os princípios legais vigentes. Entre as sociedades incluíam-se as associações beneficentes, de auxílio mútuo, de categorias profissionais, os clubes literários e esportivos, os grêmios recreativos e até mesmo as irmandades religiosas. Deveriam requerer a autorização também as sociedades que estivessem funcionando previamente à data do decreto, mediante o envio dos estatutos para apreciação do Conselho,

o que se aplicaria daí em diante às eventuais alterações nos mesmos ou na natureza das associações.

Os originais manuscritos das atas das assembléias de fundação e das assembléias de elaboração dos estatutos enviados pelas sociedades, em funcionamento ou criadas em todo território nacional, e que foram avaliadas pelos apreciadores da Coroa entre 1860 e 1889, encontram-se no Arquivo Nacional no fundo relativo ao Conselho de Estado. Especificamente para a cidade do Rio de Janeiro, considerando o ano da aprovação dos estatutos, encontramos material referente às seguintes entidades:

Categorias Profissionais:

1861 - Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho União e Moralidade

1861 - Associação Thipographica Fluminense

1868 - Montepio dos Servidores do Estado

1868 - Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives

1870 - Sociedade Protectora dos Artistas Dramáticos

1870 - Sociedade Protectora dos Barbeiros e Cabellereiros

1871 - Associação Dramatica e Beneficente dos Artistas

1872 - Monte Pio dos Artistas

1873 - Associação Cooperadora dos Empregados da Thypografia Nacional

1873 - Sociedade Beneficente do Commercio

1873 - Sociedade Beneficente dos Machinistas

1873 - Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval

1874 - Sociedade Philantropica dos Artistas

1875 - Sociedade Beneficente dos Artistas em São Christovão

1875 - Sociedade Beneficente dos Marceneiros Carpinteiros e Artes Correlativas no Rio de Janeiro

1876 - Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mechanicas e Liberaes

1876 - Sociedade dos Artistas Alfaiates

1877 - Sociedade de Socorros Mútuos dos Artistas Sapateiros e Profissões Correlatas

1880 - Sociedade Beneficente dos Empregados da Gazeta de Notícias

1880 - Soc. de Socorros Mútuos dos Empregados das Capatazias da Alfandega da Côrte

1880 - Sociedade de Socorros Mútuos Montepio dos Machinistas

1882 - Sociedade Beneficente dos Empregados no Fumo

Associações de classe:

1872 - Liga Operária

1882 - Corpo Colletivo União Operária

Escravos Libertos:

1862 - Sociedade Beneficente Nação Conga - Amiga da Consciencia

1871 - Sociedade União Lotérica Cadeira de Ouro

1873 - Sociedade Beneficente Caldeira de Ferro - Sociedade Loterica

1874 - Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor

Sociedades de auxílios mútuos (populares):

1872 - Associação Asylo da Velhice Desvalida

1872 - Sociedade Espanhola de Beneficência

1873 - Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos Redempção

1873 - Sociedade de Beneficência Perfeita Amisade

1875 - Sociedade Asylo e Beneficência

1875 - Sociedade Beneficente União e Fraternidade

1875 - Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência

1876 - Sociedade Beneficente Caixa de Socorros Mútuos Pedro Segundo

1876 - Sociedade Beneficente das Famílias Honestas

1876 - Sociedade União e Beneficência

1877 - Associação de Socorros Mútuos Phylantropia e Ordem

1877 - Sociedade União Funerária Primeiro de Julho

Na prática, quando por exemplo um grupo de trabalhadores desejasse organizar uma associação para defender seus interesses profissionais ou civis, era necessário que pedisse autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendia se reunir. O chefe de polícia, o delegado e o subdelegado encarregados tomariam as providências para que a reunião ocorresse dentro da ordem estabelecida. Assim, os interessados promoveriam quantos encontros fossem necessários para elaborar os estatutos e fundar a associação, grêmio, clube, irmandade etc., conforme o caso. As atas destas sessões eram enviadas ao Conselho de Estado que analisava os estatutos e, quase sempre, sugeria alterações na redação dos documentos. Finalmente, quando aprovado, o estatuto oficial da associação em questão era impresso pela Tipografia Nacional na forma de um pequeno livro. Algumas entidades pagavam para que fossem também publicados nos principais jornais da cidade, como meio de incentivar a adesão à nova sociedade. Trabalhadores, escravos libertos, idosos, comerciantes, empresários, religiosos, artistas, etc., indiscriminadamente, deveriam submeter-se a este processo caso pretendessem organizar-se coletivamente sem ferir à lei.

Assim, por exemplo, os marceneiros e carpinteiros da Corte realizaram sua primeira reunião, aberta pelo Sr. Guilherme Lopez Branco, às “8 horas em ponto da noite”:

Aos 17 dias do mez de Março de 1875, reunindo-se na Rua do Principe nº 37, quarenta pessoas de diferentes claces; resolverão entre si dar começo a uma Associação (...)

“O senhor presidente (interino) declarou que o fim daquella reunião tinha por objectivo a fundação de uma Sociedade Beneficente á Clace de Marceneiros Carpinteiros e Artes Correlatas para que o associado quando na indigencia tenha alguns socorros pecuniarios (Doutor e Botica pago pela Mesma Associação); no entanto que os Senhores presentes estavam no gozo de apontarem aquilo que julgassem mais conveniente. (Conselho de Estado, Caixa 553, Pacote 02, Documento 31)

A segunda sessão ocorreu no dia 29 de março de 1875 e contou com a presença de 75 pessoas. Uma terceira, realizada em 10 de setembro, registrou 157 sócios inscritos. Nesta ocasião elaboraram uma lista em que cada membro presente deixou sua assinatura e endereço. Nota-se que, entre os 157 membros, havia 58 sócios que moravam na Rua do Príncipe. Destes, 16 moravam na casa que servia como sede provisória da associação, no nº 37, e outros 26 no nº 42. Pode-se supor que tratava-se de uma habitação coletiva, uma casa de cômodos que abrigava um grande número de marceneiros e carpinteiros que, além de morarem juntos, sentiram-se dispostos a defender seus interesses coletivos de forma organizada.

Junto aos documentos, numa lista sem data, encontram-se as assinaturas acompanhadas dos endereços dos 58 sócios considerados fundadores, presumivelmente presentes na sessão que deu origem à Sociedade Beneficente dos Marceneiros Carpinteiros e Artes Correlativas no Rio de Janeiro. Mais uma vez, observa-se uma concentração de moradores na Rua do Príncipe, de 35 sócios. Cada um deles, desnecessário dizer que todos do sexo masculino, registrou em uma linha seu nome e em seguida o endereço. Não obstante a proximidade das palavras escritas em uma folha de “papel ao maço” pautado, encontramos diferentes grafias para a palavra “príncipe”, referente ao nome da rua. Pela ordem de aparição: principe, princepe, prinçepe, principe, prinsipe, prinsepe, prinçipe, prinçêpe.

Tais registros, mesmo que brevemente apontados, demonstram a potencialidade das fontes do Conselho de Estado como suporte para a investigação de aspectos da vida da população carioca relacionados ao cotidiano e à cultura das classes trabalhadoras na segunda metade do século XIX. Porém, sem dúvida, o filão mais importante da documentação, materializado nos estatutos enviados para a avaliação do Conselho, diz respeito à organização institucional e às manifestações de consciência coletiva dos grupos envolvidos na criação das sociedades.

Alguns itens dos estatutos seguiam padrões praticamente inalterados em todas as entidades, como os que foram votados por 45 “artistas” de São Cristovão, em 19 de abril de 1874:

A reunião dos Artistas residentes no Bairro de São Christovão forma a Sociedade denominada “Beneficente dos Artistas em São Christovão”. Não poderá mudar a sua sede da Fraguesia de S. Christovão.  
O numero de seus membros é illimitado, sendo classificados em effectivos e benemeritos.  
Para ser membro desta sociedade faz-se necessario:  
Ser livre não estar envolvido em processo criminal;  
Ser bem morigerado;  
Ser artista, qualidade essa indispensável, que esteja ou não exercendo as funções de sua arte; (...)

Não poderão ser admitidos sócios, indivíduos de cor preta, os libertos de qualquer cor. (Conselho de Estado, Caixa 553, Pacote 02, Documento 19)

Além dos impedimentos óbvios que excluía os escravos da possibilidade de organizarem associações, a referência à cor, como forma de discriminação dos trabalhadores de origem escrava, pode em alguns casos evidenciar a preocupação dos trabalhadores diante das oportunidades oferecidas por um mercado de trabalho restrito, ainda que em expansão. Em contexto mais amplo, a disputa por postos de trabalho envolvendo escravos, libertos e homens livres pobres nacionais e estrangeiros, certamente produzia reflexos perceptíveis sobre a forma e o conteúdo das iniciativas de organização coletiva das classes trabalhadoras.

Na maioria dos casos, os estatutos não se referiam a aspectos ligados diretamente ao que se poderia chamar de luta política, no sentido mais restrito e institucional do termo, abarcando quase exclusivamente as questões ligadas à ajuda mútua. Com efeito, contém ainda o registro de inúmeras representações difundidas entre os trabalhadores, envolvendo os padrões de conduta moral, as idéias sobre nacionalidade, a valorização do trabalho ou ofício, as práticas de lazer, a vida conjugal etc.

Eram freqüentes as cláusulas que retiravam das viúvas e filhas órfãs de sócios o direito de receber benefícios e pensões, nos casos em que seu comportamento cotidiano fosse considerado indigno, ou seja, quando deixassem de ser “mulheres de bem”, sob a ótica da diretoria das entidades. Portanto, uma pesquisa que acompanhasse a evolução da redação de cláusulas voltadas para este item conseguiria visualizar as permanências e alterações das representações e práticas relacionadas à família, ao casamento, à relação entre pais e filhos e ao comportamento feminino, não somente dos trabalhadores, como também de outros grupos contemplados a partir do material sobre as sociedades.

Contudo, para a história do movimento operário e sindical que privilegia a abordagem dos mecanismos modernos, clássicos e institucionais de organização (partido, sindicato, liderança, imprensa, comícios, passeatas e greves), ainda podem parecer pouco relevantes este tipo de informação e, especificamente, de caminhos potenciais de pesquisa da experiência das classes trabalhadoras. Podem parecer, embora de fato não o sejam, como pretendemos argumentar.

Os dados disponíveis sobre as associações profissionais e de ajuda mútua do século passado adquirem outra dimensão e relevância quando observados sob a ótica das considerações teórico-metodológicas feitas por E. P. Thompson, pois permitem enriquecer o debate em torno da gênese do movimento operário e sindical no Rio de Janeiro e, sobretudo, acerca das

principais características da história das classes em formação na segunda metade do século XIX. História esta, definidora do rol das heranças intrínsecas ao “fazer-se” do movimento operário e sindical brasileiro ao longo do século XX.

Quanto aos conceitos que envolvem a noção de classe, sinteticamente, Thompson afirma:

(...) A classe **acontece** quando alguns homens, como resultado de **experiências comuns (herdadas ou partilhadas)**, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e **contra outros homens** cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A **consciência de classe** é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em **tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais**. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma “lógica” nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma “lei”. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (Thompson, 1987: 10 – grifos meus)

Assim sendo, a classe trabalhadora é um fenômeno histórico possível de acontecer em sociedades capitalistas, hoje ou no passado, como aconteceu seguramente na Inglaterra. Para que ocorra, no entanto, é preciso que, em um país ou região, durante algum tempo, um conjunto de homens e mulheres, submetidos à condições semelhantes de experiência vivida, compartilhem a sensação coletiva de identidade comum, e identifiquem outro(s) grupo(s) de homens e mulheres, da mesma formação social, como sendo sua classe oponente. Concomitantemente, é necessário que a consciência coletiva da classe trabalhadora, que é de identidade (pertencimento) e de oposição (luta de classes), direcione o tratamento cultural que a classe imprime a sua experiência vivida, criando assim tradições, valores, idéias e instituições de classe, frutos da consciência de classe. Sempre vale a pena frisar que, neste caso, consciência de classe não significa, automática ou necessariamente, consciência revolucionária.

Nestes termos, o acontecimento histórico de surgimento de uma classe trabalhadora, com sua consciência, implica na superação, por aglutinação, das consciências coletivas das várias classes trabalhadoras, dos vários outros tipos sociais concretos de não possuidores dos meios de produção (expropriados/explorados/ proletariado) existentes em um país ou região. Trata-se do processo em que as classes trabalhadoras, ou seja, os grupos profissionais e suas identidades coletivas, transformam-se em “uma” classe trabalhadora, que é algo mais que a somatória das classes e das consciências que contribuíram para sua formação. As classes trabalhadoras, no

plural, transformam-se, portanto, em classe trabalhadora, no singular, num processo histórico particular, que no caso inglês foi catalisado pelo setor dos operários industriais, embora isso não necessariamente deva ocorrer em todos os processos de formação de classe.

Este fenômeno sócio-histórico, extremamente complexo, teria ocorrido na Inglaterra, pelo menos entre 1840/50 e o período posterior à Primeira Guerra Mundial, segundo os historiadores britânicos, mesmo que haja muita controvérsia em torno da periodização. Eric Hobsbawn define seu objeto de investigação nos seguintes termos:

(...) A emergência da classe operária de “Andy Capp” [Zé do Boné] é o tema deste estudo: o proletariado britânico tornou-se identificável não só pelo que usava na cabeça (...), mas também pelo ambiente físico no qual vivia, por um estilo de vida e de lazer, por uma certa consciência de classe cada vez mais expressa numa tendência secular a afiliar-se a sindicatos e a identificar-se com um partido de classe, o Trabalhista. Esta é a classe operária das decisões de campeonato [de futebol], das lanchonetes de peixe e fritas, dos “palais de danse” e do Trabalho com T maiúsculo.

(Hobsbawn, 1987: 273)

A presença da classe trabalhadora transforma as sociedades em que surge, e nestes casos, certamente a cultura própria dos trabalhadores tem algo a dizer sobre seu tempo, sua história, sobre a sociedade em que se encontra, e sobre si mesma. E isso constitui um dado extremamente importante que não pode e não deve ser menosprezado jamais.

Por outro lado, dentro dos limites específicos dos “campos do saber” humano que tomam por objeto as classes sociais, deparamo-nos com um aspecto metodológico central, que percorre toda a trajetória intelectual dos marxistas britânicos, qual seja, o papel da pesquisa histórica. Pois, a partir da perspectiva analítica esboçada por Thompson, pode-se afirmar que, sendo a classe um “fenômeno histórico”, os historiadores estariam credenciados em posição privilegiada para poder afirmar sua existência, por meio da argumentação, acadêmica ou não, com base na pesquisa histórica, e não apenas em termos da capacidade de elaboração teórica do conceito de classe.

Ou seja, a existência ou inexistência da classe deveria ser comprovada, entre os vários ramos do conhecimento, mediante a reconstituição da história da classe, uma história social do trabalho. Por sua vez, Thompson e Hobsbawn, entre vários outros, assim o fizeram para a classe trabalhadora britânica, baseados em suas próprias pesquisas e na produção historiográfica acerca do movimento operário inglês, tão antiga quanto seu objeto de investigação. No caso do Brasil, as diferenças são gritantes. E, provavelmente, enquanto não dispusermos de um estudo aprofundado, individual ou coletivo,

sobre o fazer-se da classe trabalhadora brasileira, estaremos limitados a utilizar as noções acima relacionadas com certa cautela, como parâmetros de comparação que possibilitem avaliar os avanços de nossa própria produção sobre as classes.

Recentemente, Ângela de Castro Gomes inaugurou uma perspectiva de análise do movimento operário posterior a 1930 que utiliza parcialmente Thompson como referência. Ela chama a atenção para a construção do projeto político do trabalhismo que, entre as décadas de 30 e 40, esteve marcado pela re-significação do discurso articulado das lideranças operárias da Primeira República pelo Estado, atribuindo novos sentidos aos elementos da auto-imagem dos trabalhadores, levando em consideração a presença de uma “lógica simbólica” estabelecida entre o Estado e a classe. Neste caso, o aparecimento da classe trabalhadora como “ator político” central deste momento da história do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, teria caracterizado um fenômeno político-cultural no qual articulariam-se valores, idéias, tradições e modelos de organização “através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto”(Gomes, 1988: 22-23).

Infelizmente, a partir de “A invenção do trabalhismo”, não podemos inferir muito sobre a existência da classe trabalhadora brasileira nos termos delineados pelos britânicos. Se a classe já existia como acontecimento histórico, falaríamos do trabalhismo e do corporativismo, por exemplo, como manifestações culturais institucionalizadas resultado da experiência/cultura/consciência da classe trabalhadora. Se não, o que é mais provável, estaríamos referindo-nos à manifestações de consciência coletiva de grupos de trabalhadores urbanos, num momento anterior ao surgimento da classe, em que existiriam tão somente as classes, e não a classe trabalhadora. Seria este também o caso das associações de trabalhadores existentes no século XIX, ou seja, formas de cultura e consciência coletiva relativas à experiência de grupos de trabalhadores urbanos em momentos históricos anteriores à emergência de uma classe trabalhadora. Momento que, nestes termos, se estenderia até hoje, como anterior à formação da classe.

Outra aproximação frutífera com Thompson transparece no trabalho de Cláudio Henrique de Moraes Batalha, em que as práticas que teriam marcado a consciência da classe trabalhadora brasileira na Primeira República são classificadas de “reformistas”. Tal reformismo envolveria um conjunto de correntes ideológicas distintas, sustentando “uma série de práticas sindicais idênticas ou muito semelhantes”, abrangendo associações operárias com tendências ideológicas que iriam “desde o socialismo reformista ao mais estreito tradeunionismo, passando por correntes que se arvoravam republicanas sociais ou corporativistas”(Batalha, 1990: 121).

Entre as principais práticas do movimento operário e sindical reformista, sintetizadas por Batalha, encontram-se: 1. a greve como último recurso; 2. tentativa de consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais; 3. apelo a serviços intermediários na defesa dos interesses de classe (advogados políticos, representantes dos poderes públicos); 4. defesa de sindicatos fortes e ricos - “recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos”; e 5. tentativa de conquistar espaços de participação institucional, lançando candidatos próprios em eleições parlamentares ou apoiando candidatos comprometidos em defender os interesses dos trabalhadores (Batalha, 1990: 120).

Curiosamente, mas sem surpresa, estes e outros elementos, relacionados a possíveis formas de corporativismo, proto-trabalhismo e paternalismo internalizados pelas classes trabalhadoras, podem ser antevistos no cotidiano das associações criadas ao longo da segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro, e facilitam a compreensão de padrões históricos de comportamento e organização que perpassam ainda hoje o movimento operário e sindical no Brasil. Ou seja, fazem parte do conjunto das “experiências comuns”, “herdadas ou partilhadas”, “tratadas em termos culturais” pelas consciências coletivas, ainda que de grupos restritos de trabalhadores, e “encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”, que remontam neste caso ao Estado Novo, à Primeira República e ao período imperial.

Tomemos um caso concreto como ilustração.

Em 26 de julho de 1857 foram redigidos os estatutos da Associação Nacional dos Artistas Brasileiros, aprovados em assembléia realizada na Praça da Constituição nº 17, no dia 16 de dezembro de 1861, às 9 horas da noite na capital do Império. Acordaram inicialmente os trabalhadores ali reunidos que “logo que os cofres permitissem”, a associação deveria prestar socorro às famílias e promover a instrução dos órfãos de seus membros, além de prover atendimento médico e enterros decentes aos integrantes da “sociedade”(Conselho de Estado, Caixa 529, Pacote 03, Documento 52).

O parecer do funcionário da Coroa encarregado de avaliar o estatuto sugeria uma série de alterações, sobretudo nos capítulos em que os trabalhadores esboçavam formas de organização na defesa de seus interesses políticos. Longos trechos do documento aparecem riscados com lápis vermelho, com um círculo contendo um “não” escrito ao lado.

Vejamos algumas partes do estatuto original, sem as correções impostas pelo Conselho de Estado:

Novos Estatutos da Associação Nacional dos Artistas Brasileiros:

Trabalho, União e Moralidade

Capítulo 1:

Composição e fins da Associação

Art. 1<sup>a</sup> :

A Associação Nacional dos Artistas Brasileiros = compõe-se de todos os indivíduos que tenham, ou tivessem por profissão, uma arte ou officio; que gozem de honesta reputação e tenham pelo menos dezoito annos de idade.

Art. 2<sup>a</sup> :

Esta Associação tem por fim promover o gosto e o amor pelo trabalho em proveito do Paiz, progresso das Artes, e reputação dos Artistas.

Art. 3<sup>a</sup> :

Unir em uma só, e grande familia os filhos dos trabalhadores para que pela força proveniente de sua união, e com a quota pecuniaria de cada um se protejão, e emparem mutuamente como irmãos em todo os trances e calamidades da vida.

Art. 4<sup>a</sup> :

Moralizar e instruir pelo exemplo, pelos conselhos, pela doutrina escripta aos Artistas, e operarios, para que tenham no Paiz a reputação e importancia social de que gozão seus Irmãos nos Paizes Illustrados.

Art. 5<sup>a</sup> :

Para complemento de tão justos fins a Associação se esforçará por conseguir que todos os Artistas se alistem sob a bandeira social - Trabalho, União e Moralidade.

Art. 6<sup>o</sup> :

(...)

Par. 8<sup>a</sup> :

Publicar um jornal que pugne pelo melhoramento da sorte do Artista Brasileiro, que noticie o progresso das Artes e Officios nos Paizes Estrangeiros, que instrua e aconselhe aos Associados, que publique, e sustente em epochas eleitorais os nomes dos individuos que a Associação adoptar como candidatos; que combata o mal do Paiz em geral, aos Artistas, e as Artes resulta da adoção de escravos como operarios, cujo jornal sera distribuido gratis pelos Socios.

(...)

Par. 10<sup>a</sup> :

Mandar a Europa de 3 em 3 annos um Artista associado ou filhos destes, aperfeiçoar-se na arte de sua escolha, o qual será na sua volta mestre ou director das officinas da Associação.

(...)

Capítulo 4<sup>a</sup> :

Dos direitos e deveres dos socios

(...)

Art. 10<sup>a</sup> :

Todo socio effectivo é obrigado ao seguinte:

Par. 1<sup>a</sup> :

Pagar pontualmente suas mensalidades ou qualquer outras prestações que lhe competir.

Par. 2<sup>a</sup> :

Ter comportamento honesto, digno do nome de Brasileiro, e de Artista.

Par. 3<sup>a</sup> :

Não desconheitar, nem concentrir que outros o fação a Associação e sua Administração.

Par. 4<sup>o</sup> :

Esforçar-se quando lhe for possível para confraternizar os seus colegas desharmonizados.

Par. 5<sup>o</sup> :

Servir-se de operários nacionaes, e sobretudo membros da Associação quando carecer de serviços artisticos.

Par. 6<sup>o</sup> :

Acceptar, pelo menos a primeira vez, os logares para que for nomeado, ou serviços de que lhe incumbido pelo Conselho.

Par. 7<sup>o</sup> :

Respeitar religiosamente os preceitos destes Estatutos, e as deliberações da Assembléa Geral e do Conselho.

Par. 8<sup>o</sup> :

Não receber em loja sua, ou obra que dirija, escravos por aprendizes.

(...)

Capítulo 8<sup>o</sup> :

Da Comissão Política

Art. 18<sup>o</sup> :

É da competência desta coissão:

Par. 1<sup>o</sup> :

Indicar ao Conselho quais os cidadãos que elle deve adoptar como seus candidatos para os logares de eleição popular.

Par. 2<sup>o</sup> :

Predispor os animos dos Artistas, e dos Associados em geral a favor desses cidadãos se o Conselho os tiver adotado.

Par. 3<sup>o</sup> :

Entender-se com as comissões parochiais de que adiante se trata para que os Artistas, seus comparochianos sejam qualificados votantes, e se esforcem pelo triumpho eleitoral dos escolhidos da Associação.

(...)

Disposições Geraes

Art. 40<sup>o</sup> :

É absolutamente prohibido à associação tomar parte em questões politicas, a exceção do triumpho legal dos candidatos que ela escolher para represental-a nos lugares da eleição popular.

A associação “União, Trabalho e Moralidade” delineia assim um quadro bastante complexo para a análise, e requer atenção especial para os frágeis limites que separavam operários, artesão e pequenos empresários da manufatura na sociedade carioca em meados do século XIX. Infelizmente não há maiores informação nos registros sobre os associados, em termos de nomes ou endereços daqueles que estiveram presentes nas assembléias fundadoras. Mesmo assim, elementos bastante próximos do reformismo a que se referem Fausto e Batalha são evidentes.

No caso inglês, para que Thompson pudesse falar da emergência da classe trabalhadora britânica, no segundo quartel do século XIX, foi fundamental que operasse a abordagem histórica de elementos que a classe, no seu fazer-se, havia recebido como herança do século XVIII. É o caso das “turbas”, dos “motins”, do movimentos de “Igreja e Rei”, do metodismo e das sociedades de correspondência, marcadas pelo jacobinismo e pelos ideais da Revolução Francesa. Estas últimas, até certo ponto, parecidas com as nossa sociedades beneficentes na medida em que propunham: “Que o número de nossos membros seja ilimitado”(Thompson, 1987: 15).

Analogamente, assim como não seria possível compreender o fazer-se da classe trabalhadora britânica, entre 1850 e 1950, sem investigar os elementos por ela herdados do século XVIII, também não poderemos entender satisfatoriamente nosso socialismo reformista, anarquismo, corporativismo ou trabalhismo, distantes do conhecimento mais aprofundado sobre as sociedades de classe, profissionais ou de ajuda mútua do século passado, não só do Rio de Janeiro, mas de todos os principais centros urbanos do Brasil. E, como nos levam a crer os autores anteriormente citados, considerando a provável ruptura entre as “sociedades” e o moderno movimento operário e sindical, inaugurado depois de 1890, faz-se necessário entender a lógica da transição, e dentro dela, os elementos de permanência que certamente existiram.

Com efeito, tudo que dissemos sobre as associações de trabalhadores do Rio de Janeiro no século XIX, refere-se apenas à utilização do acervo da Seção dos Negócios do Império do Conselho do Estado com vistas à história do movimento operário e ao processo de formação da classe trabalhadora. No entanto, outros caminhos de investigação podem ser contemplados a partir da documentação.

Se, por exemplo, voltarmos para outro quadrante da história do Brasil Imperial, e colocarmos em destaque temáticas bastante em voga ultimamente, tais como o imaginário acerca da monarquia e da figura de D. Pedro II, ou a popularidade da Coroa entre os setores populares do Rio de Janeiro, encontraremos, com certeza, igualmente um farto e rico material entre as atas e estatutos das sociedades. Pois, entre as atitudes comuns aos trabalhadores organizados, que poderíamos classificar de reformistas, ou de caráter paternalista, encontramos com frequência as solicitações de proteção destinadas ao monarca, desde meados do século XIX. Neste ponto, vislumbramos outro leque de indagações e polêmicas para a pesquisa histórica, no qual entrecruzam-se imaginário popular, representações políticas, formação das classes e movimento operário e sindical.

Para destacar indícios de possíveis desdobramentos de análise, encerramos a reflexão sobre as associações de trabalhadores urbanos com a

homenagem feita a D. Pedro II pelos integrantes do Congresso Operário de Beneficência, reunido em 19 de janeiro de 1884:

Imperial Senhor,

Um conjunto de operários, crentes no futuro, e fortalecidos no trabalho diário da officina, resolveram crear uma Associação de Beneficente – que a poder de vontade, foi instalada no dia 29 de abril de 1883.

Na sua primeira sessão, representada em numero superior de cento e cinquenta operários, foi o Augusto nome de Vossa Magestade o Imperador aclamado unanimemente protector d'esta Associação que, pelo espirito de patriotismo que a une, á no paiz em que Vossa Magestade Imperial dirige com alta e reconhecida sabedoria um facto digno de louvor de todas as consciencias.

Esperando esse conjuncto de humilissimos subditos brasileiros que Vossa Magestade Imperial se digne accceitar a nomeação que vio louvar a classe operária do paiz, temos a sabida honra de expor a Vossa Magestade Imperial o fim d'esta associação:

Proteger as viuvas dos operarios, educar os orphãos deixados por estas, auxiliil-as nas suas enfermidades longas, emfim, procurar por todos os meios licitos a protecção para esses heroes obscuros que conquistam nas officinas a honra de uma vida trabalhadora e limpa.

Ahi está, posto laconicamente, Imperial Senhor, o fim a que se destina essa Associação.

Rogamos a legendaria bondade de vosso coração para pousar, por instantes, vistas protectoras sobre o nosso cometimento.

Aguardamos, pois, que Vossa Magestade Imperial haja por bem consentir a esta respeitavel representação uma resposta a fim de ser lida em sessão.

Somos de Vossa Magestade o Senhor D. Pedro 2º fieis e submissos subditos.

(ANRJ. Conselho de Estado, Caixa 17, Pacote 09, Documento 134)

## Referências bibliográficas

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República”. In: *Ciências sociais hoje, 1990*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais. 1990: 117-127.

CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- \_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1983.
- GÓES, Maria da Conceição Pinto de. *Formação da classe trabalhadora; movimento anarquista, 1888-1911*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor / Fundação José Bonifácio, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Os mundos do trabalho; novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LOBO Eulália Maria Lehmeyer (org.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, a conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.
- LOBO, Eulália Maria Lehmeyer e STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15: 49-88, 1985.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil; seus fundamentos sociológicos*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil, 1889-1930.* São Paulo: Brasiliense, 1981. (Documentos, v.II. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado)

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (v. I: A árvore da liberdade)

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.